



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 38ª
(TRIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE MAIO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, nesta Casa, o falecimento do Dr. Isaac Barreto Ribeiro. O Sr. Isaac, inclusive, foi homenageado no passado por esta Casa com o título de Cidadão Honorário por nossa iniciativa. Ele foi o primeiro médico em Brasília e pai do corredor Alex Dias Ribeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	2

O Dr. Isaac chegou a Brasília no dia 1º de janeiro de 1957. Uma história viva. Depois se formou em Direito e integrou a Comissão de Direitos Humanos da OAB. Portanto, foi um homem que militou na área médica, na área de direitos humanos e deixou um legado significativo para a nossa cidade.

Eu, particularmente, acho um tanto quanto triste dar essa notícia no plenário desta Casa, pois tive o privilégio de gozar da amizade desse homem bastante experiente que tanta contribuição deixou para a cidade de Brasília.

Quero aproveitar e pedir que esta Casa emita um telegrama à família, mostrando as condolências de uma instituição que acompanha a história dos pioneiros desta cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o jornal *Correio Braziliense* divulga uma matéria baseada em informações do Ministério Público. Aí, o jornalista não tem culpa, o jornal também não, porque o jornal dá notícia baseado na fonte e sempre avalia que a fonte tem credibilidade.

A verdade é que a matéria é baseada em inverdades de uma ação de improbidade do Ministério Público movida contra o ex-governador Agnelo Queiroz e o ex-vice-governador Tadeu Filippelli. Por improbidade! Qual foi o crime de improbidade cometido por eles? Deram aumento a servidores.

O Ministério Público diz que os aumentos foram dados sem base legal. Na verdade, com todo respeito que eu tenho pelo Ministério Público, o procurador que escreveu isso escreveu uma mentira, está mentindo, porque os aumentos todos foram apreciados nesta Casa, as planilhas foram cobradas e todas as planilhas foram analisadas.

Eu vou ler aqui, para que não paire nenhuma dúvida.

Alegação de que Agnelo mentiu sobre as contas do DF, divulgada pelo *Correio*. A matéria do *Correio Braziliense*, divulgada hoje, 7/5/2015, afirma que o MPDFT entrou com uma ação de improbidade contra Agnelo Queiroz por conta dos aumentos salariais.

Trata-se de mais uma articulação do desarticulado Governo Rollemberg para manter na mídia o desgaste do governo passado e assim encobrir sua total incapacidade de administrar o Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	3

Os argumentos levantados pelo MPDFT e divulgados pelo *Correio* revelam, na verdade, uma brutal capacidade para distorcer a verdade, para criar as condições necessárias e não honrar os aumentos concedidos aos servidores públicos. Nenhum dos argumentos se sustenta à luz dos documentos e da realidade.

Vejamos cada argumento.

1º) “Agnelo e Filippelli emitiram informações falsas sobre o Orçamento do DF ao prestar contas à Câmara Legislativa”.

Todos os aumentos salariais foram concedidos em 2013. Nenhum deles havia sido questionado antes de 1º de janeiro de 2015, antes de o Governo Rollemberg ter assumido.

Como o governador não quer pagar os aumentos, a todo instante instrui o Ministério Público com informações falsas para ver se o Judiciário barra os aumentos.

Ora, tanto em 2013 quanto em 2014, foram pagos todos os aumentos concedidos.

O Relatório de Gestão Fiscal de 2013 aponta que a despesa total com pessoal ficou em 45,02% da receita corrente líquida, portanto abaixo do limite prudencial de 46,55%, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O relatório de 2014 aponta que a despesa ficou em 46,93%, mas abaixo do limite legal de 49%.

As contas de 2013 foram apresentadas normalmente à Câmara Legislativa no início de 2014. Receberam parecer favorável do Tribunal de Contas do Distrito Federal. E foram aprovadas pela Câmara Legislativa pelo Decreto Legislativo nº 2.032/2014.

As contas de 2014 foram apresentadas normalmente no início de 2015. Ainda não foram analisadas pelo Tribunal de Contas, que tem até julho para fazer isso.

Pergunta-se, então: onde estão as informações falsas nas contas se quem as analisa nunca apontou isso?

2º) Não houve estudos prevendo o impacto dos aumentos nas finanças do Distrito Federal.

Aqui não se trata mais de um argumento, mas de uma mentira deslavada. Todos os projetos de lei, sem exceção, foram acompanhados do impacto orçamentário e financeiro. Esses estudos, além de estarem autuados em cada processo do respectivo projeto, estão disponíveis no *site* da Câmara Legislativa, www.cl.df.gov.br, junto com cada projeto. É só entrar lá e conferir.

3º) O GDF não tinha dinheiro suficiente para honrar os compromissos.

Todos os salários de 2013 e 2014 foram pagos. Se não tivesse dinheiro, como teriam sido pagos?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	4

Neste ano de 2015, inclusive, todos os salários estão sendo pagos normalmente.

O Governador Rollemberg até inventou que não tinha dinheiro para pagar os salários e aprovou o parcelamento.

Como a mentira tem pernas curtas, porque tinha dinheiro – e eu demonstrei a cada momento desta tribuna –, os salários estão sendo pagos sem parcelamento.

4º) Aumento apenas na teoria, sem receber na prática.

Esse é mais um argumento do Ministério Público. Se os servidores estão recebendo seus salários com todas as parcelas de aumento concedidas em 2013 e 2014, é inaceitável que se aleguem danos morais à sociedade pela "frustração de quem recebeu o aumento na teoria, mas não na prática". Quem disse que não receberam na prática?

5º) Alguém, de fato, está mentindo e não é o Aqnelo, nem o Filippelli.

A Câmara Legislativa não pode ficar calada. Ela aprovou todos os aumentos salariais. Analisou todas as propostas. Ajudou a melhorar muitas delas. Exigiu todas as planilhas de custos.

Todas as planilhas de custos foram apresentadas.

Todos os aumentos foram pagos até a presente data, isto é, foram pagos mesmo após Agnelo e Filippelli terem deixado o governo, há mais de 4 meses.

Como é possível, então, dizer que eles mentiram se nada do que está divulgado pelo *Correio Braziliense* procede?

O que, de fato, se busca com esse tipo de ação, feita apenas para dar manchete na mídia, é tentar manter na cidade esse clima de crise, de catástrofe, que, em momento nenhum, se confirma.

Serve, porém, para criar o ambiente político e conseguir sensibilizar o Tribunal de Justiça para que julgue inconstitucionais todos os aumentos concedidos.

Portanto, dessa política de terror, apoiada pelo Ministério Público, estou vendo os efeitos danosos que a sociedade sofre. Só na construção civil, já são cerca de nove mil operários demitidos em função da paralização das obras. Ontem eu conversava com o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, que está completamente desanimado com relação ao futuro do varejo no Distrito Federal.

Portanto, é grave a situação econômica vivida no Distrito Federal em função desse terror e da mentira implementada. O Ministério Público e o Judiciário, quando buscaram aumento de salário, nunca falaram que a Presidenta Dilma, que é quem paga a todos eles aqui, não tinha dinheiro em caixa. E sempre quiseram mais. Agora, depois que um governo, um governador e seu vice tiveram a coragem de ter como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	5

prioridade dar reajuste para servidores, eles são acusados de terem praticando improbidade administrativa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. o uso da palavra?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – V.Exa. lembra bem, e quero aqui reforçar nas suas palavras. Nesse momento em que se questionam as 33 proposições votadas nesta Casa, é muito importante que os sindicatos que capitanearam politicamente esse debate, insistiram e estiveram por “n” vezes aqui nessa Casa... Os deputados que relataram as proposições, os deputados que votaram, alguns infelizmente não estão aqui conosco, mas, nesta hora, também têm que se pronunciar, Deputado Chico Vigilante. Então, eu quero fazer das suas palavras uma palavra de dever de consciência. À época em que se reivindicou, dialogou-se, vieram aqui, pediram, manifestaram e estiveram nessa tribuna vários parlamentares. Onde estão aqueles que acreditavam que a cidade precisava, que os servidores precisavam?

Eu lembrava hoje a um colega nosso que um dos grandes fatores de incremento na folha de pagamento não foram nem tanto os reajustes concedidos, Deputado Rodrigo Delmasso, mas as quase 36 mil convocações de concursados. Essas convocações eram o anseio de muitas pessoas, não apenas o anseio de se suprirem necessidades profissionais, mas também de se ter uma vida dedicada ao trabalho, ao longo dos anos. Essas convocações foram realizadas, sobretudo, em função da necessidade da sociedade. Os profissionais foram para as áreas de saúde e educação, e a grande maioria foi convocada com esse propósito. Houve também convocação para a Defensoria Pública, para a Procuradoria. É verdade que foram poucos os chamados, mas foram concedidas vagas naquele momento para esses órgãos. E agora, o que se vai fazer com o banco de concursados, de defensores, de procuradores etc? Onde estão aqueles que nos procuraram insistentemente? Foram convocados relativamente poucos nessa área.

Então, vamos dizer qual é a real necessidade desses profissionais na atividade pública do Distrito Federal. Por exemplo, Deputado Chico Vigilante, quero resgatar aqui a importante questão do PPGG, que resolveu, inclusive, um daqueles grandes problemas que V.Exa. acompanhou, sobre os servidores da carreira fazendária. Foi arguida a inconstitucionalidade, o que possibilitou o tranquilo retorno deles da Secretaria de Fazenda para o antigo carreirão, que depois passou a ser denominado de PPGG. Continuaram na Secretaria de Fazenda, mas corrigiram todas as distorções de constitucionalidade que havia. Aconteceu a mesma coisa com os servidores da administração direta que estão na Polícia Civil. Tivemos um único problema, que foi no SLU. O próprio governo atual já discutiu a proposta de recorrer a situação dos servidores desse órgão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	6

Portanto, Deputado Chico Vigilante, o que V.Exa. traz é bastante atualizado, e esperamos bom senso por parte do Ministério Público, para redirecionar esse momento à normalidade, até porque ninguém está com salário atrasado e a receita no Distrito Federal está fluindo. Brasília, no último trimestre, foi uma das unidades da federação que teve um dos melhores desempenhos na arrecadação. Apenas neste mês de abril teve um desempenho aquém do que era previsto. Esta é a realidade: um crescimento no trimestre da ordem de 20% em relação à arrecadação do ano passado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Deputado Wasny de Roure, hoje temos quatorze estados brasileiros, inclusive os mais ricos, São Paulo e Paraná, com os professores parados. Os professores de São Paulo estão em greve há cinquenta dias, e tenha certeza V.Exa. de que, se o ex-Governador Agnelo e o ex-Vice-Governador Tadeu Filippelli não tivessem tido a coragem de dar os aumentos referendados por esta Casa, certamente os educadores do Distrito Federal também estariam em greve.

Portanto, revolta-me alguém ser acusado de improbidade administrativa por ter dado aumento de salário, revolta-me ouvir dizer que vai-se perder o direito político porque se deu aumento de salário. Eu tenho vergonha de um País em que um gestor é acusado de improbidade por ter melhorado a vida dos servidores e, por consequência, a vida da população, a vida da comunidade como um todo. Não podemos ficar calados diante dessa agressão aos dois, diante dessa acusação de improbidade administrativa por terem dado aumento de salário, todos legais, todos sustentados por planilhas, tudo em cima da arrecadação. Tanto, que não há ninguém hoje com o salário atrasado aí. Dinheiro, existe. Falta competência!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Chamo para fazer uso da palavra o Líder do Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade, Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, demais presentes, venho à tribuna para cumprir o dever dos professores de História, embora eu esteja aqui como Deputado. O nosso dever é lembrar aos outros o que nossa memória teima em esquecer. A missão que temos é uma missão muito importante, porque relembrar significa amadurecer, significa se aperfeiçoar. No dia em que nós nos esquecermos dos nossos erros, no dia em que nos esquecermos das atrocidades que nós, seres humanos, fomos capazes de cometer, seremos incapazes de continuar com o processo de avanço social, com o processo de crescimento da nossa sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	7

Hoje, dia 7, estamos prestes a relembrar o fim da Segunda Guerra Mundial. Parece um tema distante, mas amanhã faz setenta anos que a Alemanha nazista se rendeu diante das potências aliadas, no maior conflito da história da humanidade, que matou 49 milhões de pessoas nos cálculos do historiador Eric Hobsbawm. Naquele evento, naquela guerra que durou seis anos e um dia, entendemos qual é a capacidade destrutiva do ser humano. Não só do ser humano. Entendemos qual é a capacidade destrutiva do racismo, do ódio e do desrespeito às diferenças.

A Segunda Guerra Mundial foi a expressão de um pensamento totalitarista, um pensamento que calava a boca de todos os discordantes, de todos os divergentes, por meio de uma violenta perseguição à imprensa e – o que mais me preocupa – por meio da censura ao saber acadêmico, da perseguição ao livre pensamento nas universidades e escolas da Alemanha e das potências do Eixo.

No dia em que nos esquecermos dessas atrocidades, no dia em que não houver professor de História livre para explicar essas atrocidades, para explicar ao que nos levam pensamentos ditatoriais, pensamentos racistas, pensamentos que não aceitam a pluralidade, que não aceitam a diferença, estaremos passíveis de cometer esses mesmos erros.

Preocupa-me muito, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o fato de que no mundo inteiro, entre a juventude, cresce o fundamentalismo religioso e a extrema direita. E eu me sinto muito culpado, como professor de História, por não conseguir cumprir minha missão com a devida eficiência, a missão de esclarecer que pensamentos autoritários, que censuram o pensamento acadêmico, levam o mundo a esse tipo de atrocidade.

Sob o argumento de que eram diferentes, foram mortos, na Alemanha nazista, seis milhões de judeus, um milhão de homossexuais, um milhão de ciganos e quatrocentos mil testemunhas de Jeová nos campos de concentração.

Sob o argumento de que se expressavam com demasiada liberdade, foram mortos jornalistas em todos os jornais alemães, em 1939, ano que antecedeu a Segunda Guerra Mundial.

Foram perseguidos, torturados e presos professores que discordavam do pensamento fascista e nazista alemão na década de 30. Foram mortos, e as universidades e escolas, em vez de expressarem a diversidade do pensamento da então muito culta Alemanha, agora expressavam a ideologia dominante pelo governo que tomara de assalto o poder naquele país.

Os resultados desse tipo de atuação autoritária e centralizadora são os piores. Todos os dias nós vemos o crescimento da extrema direita no mundo inteiro, e os analistas dizem que na Inglaterra, por exemplo, o partido que mais cresce nas eleições que estão acontecendo nesta semana é o partido de extrema direita, com seu pensamento totalitário e contrário ao exercício da diversidade de pensamento e de comportamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	8

Tenho visto também que, pela falta da nossa valorização ao estudo das ciências humanas, teses ideológicas destrutivas, que há muito tempo tinham sido abandonadas no mundo inteiro, estão voltando. É muito triste ver de novo ressuscitar o pensamento racista como o que nós vimos nesta semana contra uma jornalista que publicou o famigerado *selfie* nas redes sociais. Isso é falta de aula de História, Deputada Liliane Roriz. Isso é falta de professores que tenham condições de trabalho para expressarem de maneira diversificada o pensamento plural como ele deve ser numa sociedade democrática.

Como nós estudamos História, a todo momento nós vemos ressurgirem medidas autoritárias de controle sobre o livre pensamento que sempre nos levam a esse tipo de atrocidade como a que houve na Segunda Guerra Mundial.

Não temos o que comemorar nesses 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, mas é meu dever, como professor e como Deputado, lembrar nesta tribuna, hoje, encerrando o meu comunicado, que, devido ao pensamento autoritário, à cassação de liberdade de expressão na imprensa, nas universidades e em todas as salas de aula, devido à instauração de um pensamento que não aceitava as diferenças, foram mortos 6 milhões de judeus, 1 milhão de homossexuais, 1 milhão de ciganos, 600 mil testemunhas de Jeová, incontáveis milhares de comunistas, mais 49 milhões entre civis e combatentes, mortos em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

No que depender de mim, como professor e como Parlamentar, vou lembrar a todos que esse tipo de pensamento autoritário surge e cresce de mansinho, silenciosamente, disfarçadamente, mas, quando tomou o poder, esse tipo de pensamento é o que mais gerou matanças e violência na nossa sociedade.

Vamos lembrar, nesses 70 anos da Segunda Guerra Mundial, a que ponto chegou a capacidade humana e esse tipo de pensamento enganoso que nasce devagarzinho como erva daninha nos parlamentos do mundo inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	9

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna porque está acontecendo um fato muito grave nesta cidade.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é um educador, e Deputado Prof. Israel também, eu assisti hoje a uma matéria, agora ao meio-dia, no Balanço Geral, sobre a Sociedade Pestalozzi de Brasília. É uma entidade de assistência social que presta um serviço extraordinário para alunos com necessidades especiais. São 160 alunos.

Esses alunos não estão indo mais à escola porque a Secretaria de Educação do Distrito Federal cortou o contrato que tinha de fornecimento dos ônibus. As mães foram à Secretaria de Educação perguntar o porquê disso, e eles falaram que não é com eles. Foram ao DFTrans, que também tinha um contrato, e o DFTrans disse que não é com eles. A verdade é que não há mais quem leve as pessoas nem para a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nem para a Sociedade Pestalozzi.

Portanto, eu quero fazer um apelo ao Governador Agnelo Queiroz, ou melhor, ao Governador Rodrigo Rollemberg – se fosse o Agnelo, os ônibus estariam funcionando do mesmo jeito –, para determinar o imediato retorno do transporte daqueles alunos.

Deputado Joe Valle, é desumano o que estão fazendo. Não há transporte regular. As mães estão tendo que pegar carona. A televisão mostrou uma mãe levando a adolescente pelo meio da pista para tentar parar um ônibus para voltar para casa.

Portanto, é grave o que está acontecendo com aqueles alunos. Mas o mais grave é saber que a Secretaria de Educação tem 106 ônibus adquiridos no Governo Agnelo, todos adaptados para cadeirantes, para deficientes visuais e tudo, e não está fazendo o transporte porque eles foram entregues para empresas privadas. Nem lugar para acondicionar os ônibus há.

Se essa matéria chegou ao Governador – se não chegou, espero que chegue por causa da nossa fala –, que ele determine a imediata volta dos ônibus para que aquelas mães, aqueles adolescentes, aquelas crianças possam ter o mínimo de dignidade na vida. Aquilo que estão fazendo com aqueles 160 alunos é deprimente, é desumano, é inaceitável. Governador Rodrigo Rollemberg, devolva os ônibus daquelas crianças e daqueles adolescentes.

Esse Secretário de Educação, que só faz maldade, é incompetente. Demonstrou que é incompetente. Está provado que é incompetente. Está na hora de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	10

ele pegar o boné e sair, para ver se entra uma equipe que dá conta. As creches estão paradas. Não há mais construção de creches. Estão faltando professores nas escolas, e ainda fizeram o que fizeram com aqueles alunos da Pestalozzi.

Obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde, Sra. Presidente. Hoje, uso esta tribuna para tratar de dois temas pontuais.

Primeiro, nesta manhã, tivemos uma boa notícia. Eu e a Deputada Erika Kokay, junto com a comissão de aprovados no concurso do BRB, fomos até a sede do banco e tentamos ali, meio que na pressão, juntamente com o sindicato dos bancários, uma reunião com o Presidente Vasco. Fomos bem recebidos pelo presidente e, de concreto, conseguimos dele um acordo com o sindicato para a nomeação de 145 dos 450 aprovados que estão esperando, ainda do último concurso. Muito boa essa notícia. Ele disse que irá nomear em breve e que até dezembro, quando o concurso vence – ali por volta de setembro – fará um estudo para ver a necessidade da nomeação dos outros que faltarem. Então, essa é uma ótima notícia, inclusive porque o banco está carente. Quem conhece banco sabe que há uma alta rotatividade entre os funcionários, o que demanda que sejam novos servidores contratados a todo tempo.

Agradeço a todos os Parlamentares que assinaram aqui um pedido para que esses servidores fossem contratados. Todos os parlamentares federais também assinaram. A Deputada Erika Kokay foi representando os parlamentares federais, e o meu gabinete representou os Distritais. Essa é uma vitória de todos, dos aprovados no concurso e também do Poder Legislativo atuando como intermediário entre as demandas da sociedade e o Poder Executivo.

Essa é a notícia boa. Mas há também uma notícia ruim. Peço ao Líder do Governo que preste bastante atenção para levar essa demanda ao Governador. Acabei de sair da DIVAL – Diretoria de Vigilância Ambiental. São funcionários da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde cedidos por acordo ao Distrito Federal e são os mais importantes atuantes no combate à dengue aqui no Distrito Federal. No entanto, as condições de trabalho deles são absolutamente precárias. Não há carro e não há álcool, sequer, para fazer a higienização das mãos. Tentem entender o que é isso: não há álcool para que os servidores façam a higienização. O prédio está caindo aos pedaços, a *internet* e o telefone não funcionam. Logo, a sociedade não tem como reclamar, não tem como pedir a atuação da vigilância no combate à dengue em determinados lugares. Ou seja, eles estão isolados do mundo moderno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	11

Para piorar tudo, a administração pública implantou lá um ponto eletrônico, Deputado Joe Valle, que não funciona. O camarada coloca o dedo, e não é registrado. Ao final do dia, quando vai saber, simplesmente não há registro. Isso é descontado na folha de pagamento, e tem gerado vários problemas, não só de caráter administrativo – como pagamento –, mas também no que se refere a aposentadoria e concessão de licença-prêmio. Tentem imaginar isso. Se o ponto eletrônico não funciona, é melhor que ele seja retirado e que voltemos à assinatura de pontos. Isso é um exemplo de como a administração pública está precária.

E o pior, o pessoal tenta uma audiência com o Secretário de Saúde, que é o responsável pela unidade, e, como sempre, não é recebido. Deputado Julio Cesar, leve, por favor, essa reclamação do pessoal da Dival ao Secretário de Saúde, porque eles já fizeram uma assembleia hoje com indicativo de greve. Se eles pararem, o combate à dengue no Distrito Federal fica comprometido, e a sociedade, vulnerável ainda mais a esse problema. Muito obrigado, senhores.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento. Como há *quorum* regimental, eu gostaria que V.Exa. consultasse o Colégio de Líderes para ver se podemos fazer a inversão de pauta e colocar em votação os projetos que já estão prontos para apreciação em primeiro turno aqui nesta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Consulto o Deputado Chico Vigilante se está de acordo...

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – É um encaminhamento, mas o Deputado Chico Vigilante não está aqui neste momento...

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Eu gostaria de iniciar, Sra. Presidente, aproveitando este momento para elogiar o estudo feito nesta Casa, a nosso pedido, relativo à ocupação da orla do Lago Paranoá de Brasília, realizado pela Assessoria Legislativa desta Casa, especificamente pela Unidade de Desenvolvimento Urbano, Rural e de Meio Ambiente – UDA.

O estudo, sob a responsabilidade do consultor legislativo Tadeu Almeida de Oliveira, foi decorrente de demanda do gabinete Brasília Sustentável, que solicitou a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	12

elaboração de estudo com fins de lavra de projeto de lei prevendo a instituição de taxa de ocupação para uso de terrenos na orla do Lago Paranoá por um período de dez anos, findos os quais a área será devolvida para o Poder Público.

O estudo foi dividido em seis partes, inclusive com ação civil pública e dimensão total do problema. E é estarrecedor o que ele revela. É um estudo que foi feito com bastante profundidade e está disponível para todos os Deputados, está sendo entregue em todos os gabinetes. Foram usados dados de imagens. Ele é voltado a toda a problemática da ocupação da orla do Lago Paranoá e dos parcelamentos para fins habitacionais do Lago Norte e Lago Sul.

A Península Norte e o Lago Sul possuem um total de 1.574 hectares de áreas públicas privatizadas. Imaginem bem! Estou falando de 1.574 hectares de áreas públicas privatizadas. Esse é o número. Esse valor corresponde a uma outra Península Norte e a um outro Lago Sul, em termos de lotes residenciais. Os 1.574 hectares ocupados irregularmente equivalem, a título de comparação, a 6.296 frações do Setor de Mansões Park Way. Essa é a área privatizada irregularmente no Lago. Também equivalem a 19.675 lotes de 800 metros quadrados ou a 78.700 lotes de 200 metros quadrados. Vejam o tamanho disso!

A título de comparação, ainda em relação à superfície ocupada, a invasão da Vila Estrutural ocupa uma área de 154 hectares. Eu estou falando de 1.574 hectares ocupados irregularmente. A Estrutural ocupa 154 hectares. A invasão do Pôr do Sol e o trecho 1 da Invasão do Sol Nascente, em Ceilândia, ocupam uma área de 96 e 385 hectares, respectivamente. Eu estou falando de 1.574 hectares ocupados irregularmente na orla do Lago. Pode-se estimar que as invasões do Pôr do Sol e de todos os trechos do Sol Nascente – todos – chegam a ocupar 1.500 hectares. Eu estou falando de 1.574 hectares de ocupação irregular no Lago.

Então, meus amigos, a nossa conclusão é que os 1.574 hectares ocupados irregularmente na Península Norte e no Lago Sul representam a maior invasão de área pública existente no território do Distrito Federal. A maior invasão de área pública existente no território do Distrito Federal é ocupada nos Lagos Sul e Norte.

Os prejuízos causados aos cofres públicos, e consequentemente à sociedade do DF como um todo, são enormes. A arrecadação proveniente de uma cobrança de taxa pela utilização privada dessas áreas públicas, que poderia ter sido revertida em obras e serviços em prol de toda a comunidade, nunca foi realizada. Em face do tempo por que perdura essa ocupação irregular, o valor não auferido chega a ser incalculável.

Portanto, quero deixar registrado nos anais desta Casa meus parabéns aos competentes servidores da Assessoria Legislativa, meu elogio à Unidade de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente – UDA e, especialmente, meu agradecimento ao empenho do consultor legislativo Tadeu Almeida de Oliveira na realização deste estudo que ora trago a público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	13

E o que quer dizer isso? O que quer dizer esse processo, Sra. Presidente? Na realidade, no meu entendimento – nós estamos vendo o tempo inteiro aqui as pessoas falando de saúde, educação, invasão, segurança –, o governo é caro e não tem efetividade. Eu estou falando dos governos. Se observarmos o custo, quanto custa o Governo do Distrito Federal? Quanto custa o Governo do Distrito Federal, e qual é o resultado que ele dá para a população? Essa é uma pergunta que eu tenho feito. E estou fazendo agora esse questionamento. Falo dos governos em geral.

Os debates precisam acontecer, incluindo o custo desta Casa. Quanto custa esta Casa para a sociedade? Qual é o resultado que ela traz para a sociedade? É hora de fazermos essa discussão, já que existe uma crise anunciada aos quatro cantos aí.

Eu falo com o Secretário de Educação, não há dinheiro para nada, mas educação é prioridade do Governo. Conversando com a Defensoria, e hoje eu estive na Defensoria para falar sobre a questão da saúde, nós – a comissão – estamos iniciando um processo de fiscalização da saúde. A UTI do Hospital de Base não tem nem as cortinas que dividem os leitos. Os remédios que estão sendo utilizados são caríssimos e estão sendo utilizados porque não há dipirona, novalgina para isso. Como pode acontecer isso?

Eu estou há praticamente 5 anos como Deputado e são as mesmas coisas que estou ouvindo. Não se resolve nada. É briga política para lá, é briga política para cá; é confusão partidária para lá, é confusão partidária para cá, e a situação não se resolve.

Então, eu gostaria, Presidente, de buscar a regularização desse processo, especialmente quando nós estamos agora numa empreitada para desocupar as áreas públicas da orla do Lago Paranoá. Que esta Câmara se concentre num trabalho efetivo, que ele tenha efetividade e que seja sentido de verdade pela comunidade, pela população do Distrito Federal, não dando vazão a essa condição que nós temos hoje de completo descrédito da comunidade na política, nos políticos e no governo e nas instituições públicas. Obrigado, Presidente. E estou à disposição para discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Alguém mais quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares?

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu quero trazer aqui a minha compreensão sobre essas medidas que têm surgido na recuperação do sistema viário de Brasília, sobretudo sobre a importância da recuperação da DF 001, que é a DF hoje que circula Brasília. Essa rodovia é muito importante para o sistema viário como um todo e está em precárias condições principalmente aqui, na região do Lago Oeste, onde, inclusive, têm ocorrido vários acidentes de proporções singulares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	14

O Governador Rollemberg, inclusive, retomou a abertura daquela obra que liga Águas Lindas a Brazlândia, bem como está retomando esta obra da DF 001. Neste sentido, ela vem a bom tempo, porque o número de acidentes que tem ocorrido nesta rodovia é extremamente significativo em função dos remendos sucessivos que causam ao tráfego uma enorme instabilidade, em função da velocidade imprimida pelos veículos. Além disso, a DF 001, neste trecho que faz a ligação de Brazlândia a Sobradinho, ali pelo Balão do Colorado, tem uma implicação muito séria, porque hoje trafegam por lá caminhões de grande peso, e a própria rodovia tem condições extremamente limitadas para suportar esse tipo de veículo.

Portanto, eu quero fazer um apelo ao Governo, que já vem providenciando a retomada dessa obra que apenas foi licitada no governo anterior – não foi efetivada porque a empresa que granjeou o primeiro lugar na licitação não quis assumir a obra, tendo em vista as razões que levaram-na a desistir da licitação –; ela é uma obra extremamente relevante para a população, e está prevista nesse empréstimo que o Banco do Brasil fechou com o Governo do Distrito Federal.

Portanto, quero aqui fazer um apelo ao Dr. Henrique Ludovice, Diretor do DER, uma pessoa bastante experiente, um engenheiro bastante respeitado na categoria pelas inúmeras lideranças que exerceu no Confea e no CREA, etc. Peço uma dedicação ainda maior desse setor que é o DER, e a relevância que tem para Brasília. Nós tivemos a oportunidade, há duas semanas, de estar ali na Vila Basevi, na abertura das obras da ciclovia que vai ligar a DF 001 com a Vila Basevi, uma obra em torno de 330 mil reais, ou um pouquinho mais. Nesta obra estava o Governador e o Diretor do DER, Dr. Henrique Ludovice.

Quero fazer um apelo pela importância que significa a recuperação dessa obra para o Distrito Federal. Faço um apelo aqui, sei que são autoridades que já estão extremamente focadas, há uma prévia programação já acordada nesse convênio, um contrato, melhor dizendo, com o Banco do Brasil.

Portanto, quero deixar registrado nesse horário de manifestação dos Srs. Parlamentares um apelo ao Governo do Distrito Federal, sobretudo ao DER, quanto à celeridade da retomada dessa obra, para a comunidade moradora do Lago Oeste e de toda aquela circunvizinhança.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	15

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 ao 108, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos à Ordem do Dia.

Item nº 109:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.422, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “altera a Lei Distrital nº 5.089, de 25 de março de 2013, que proíbe a cobrança de valores adicionais – sobretaxa para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de Down, Autismo, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências”.

De comum acordo entre com os Líderes, nós vamos votar somente os projetos dos Deputados que estão presentes nesta sessão.

Item nº 110:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.547, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “inclui o Seminário Internacional de Dança de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a Deputada Luzia de Paula tem duas proposições que nós debatemos recentemente na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu estava confundindo com outro, que é o da amamentação. Essa discussão passou na nossa comissão, e a iniciativa da Deputada Luzia de Paula foi extremamente cumprimentada porque é uma atividade lúdica, que tem impacto significativo para formação de profissionais nessa área. A Deputada acertou, na medida em que reconhece um segmento que precisa muito do apoio da sociedade, em particular do Estado.

Nesse sentido, eu quero registrar meus cumprimentos à Deputada Luzia de Paula, que teve a sensibilidade de fazer um resgate a um segmento que há muito luta para que seja reconhecido e tenha apoio maior por parte do Estado. Quem sabe, na hora em que tivermos Dulcina de Moraes efetivamente resgatada – vem fazendo um belíssimo trabalho a equipe que atualmente está dirigindo a faculdade –, teremos um reforço maior da dança no Distrito Federal.

Quero cumprimentar a autora da propositura. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	16

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 112:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.793, de 2014, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “declara a Banda Sinfônica de Brasília como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 113:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.223, de 2012, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de aviso da presença de Organismo Geneticamente Modificado – OGM em alimentos destinados ao consumo humano e animal produzidos, industrializados e comercializados no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 114:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	17

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “inclui o evento Feira de Pesca e Náutica do Distrito Federal no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não queria, mas votei e o Deputado Julio Cesar sabe, porque na última reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças eu fiz esta mesma colocação. Não sei se a Deputada Luzia de Paula lembra, o que eu vou falar não é referente a esse ou aquele projeto. A Câmara precisa fazer uma discussão mais aprofundada sobre essa questão dos calendários, porque precisamos dar a interpretação efetivamente dos critérios de inclusão em calendário e também do apoio por parte do Estado com relação ao suporte.

Por exemplo, estou me lembrando de um projeto do Deputado Rodrigo Delmasso. O Deputado Rodrigo Delmasso apresentou um projeto extremamente interessante sobre o dia da identificação da epilepsia. Trata-se de uma data extremamente relevante para se fazer uma ampla campanha de ações preventivas, ações curativas e mostrar que tipos de serviços a Saúde pode oferecer à população.

Portanto, nós precisamos fazer uma discussão e um aprofundamento do que significa colocar no calendário. Será que é apenas reservar uma data? Não. Tem que significar apoio orçamentário, apoio das instituições do poder público do Distrito Federal, enfim, e também ter esses critérios para entrar. Então, deixo aqui essa consideração que eu levantei na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a qual precisamos aprofundar para votar um projeto de resolução definindo em que bases essas proposições terão apoio, como também deverão obedecer a alguns critérios para serem incluídas ou não.

Sra. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Wasny de Roure, conversando com o colega, o Deputado Rodrigo Delmasso, nós também somos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	18

completamente apoiadores do seu pensamento. E poderíamos fazer em conjunto um projeto de resolução, para que todos o discutam.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu me disponho a apresentar uma minuta para que seja acolhida a contribuição dos colegas. Nós podemos discordar, por exemplo, da resolução encaminhada a este plenário pelo Deputado Chico Leite no que diz respeito aos critérios de concessão de título de Cidadão Honorário.

No entanto, foi uma contribuição do mandato dele extremamente importante, como eu acho essa questão dos dias muito relevante. Nós, com nossa capacidade criativa, que é extremamente rica, precisamos estabelecer alguns critérios que condicionem, para justificar à sociedade o apoio do Estado, como também o apoio orçamentário para isso. Eu pretendo passar à mão dos colegas uma minuta de projeto de resolução.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Wasny de Roure, muito obrigada.

Item nº 115:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 325, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “dispõe sobre a ordem cronológica de pagamento a ser obedecida no âmbito das contratações e aquisições realizadas pela Administração Pública dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço ao Deputado Rodrigo Delmasso, autor do projeto, que o votemos em outra ocasião, porque é um projeto de extrema complexidade. Eu fico temeroso de que possa amarrar de alguma maneira a administração pública, pois envolve questões financeiras e orçamentárias. Eu gostaria de me inteirar um pouco mais a respeito da lei.

Acho a iniciativa nobre, importante. Ela estabelece regras, e eu gostaria de fazer uma análise mais meticulosa do projeto, se S.Exa. concordar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho que temos de usar um princípio que usamos inclusive para os projetos do governo. Há a reunião do Colégio de Líderes, e o Deputado que tiver



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	19

interesse que o projeto de sua autoria seja votado deve levá-lo à reunião. Será analisado, e o que for consenso, votamos. O que for dissenso, vem para o Plenário. Mas não dá para ir pinçando projetos desse ou daquele Parlamentar, e ir votando. Acho que a única coisa que temos consenso para votar neste momento, se houver *quorum*, são os vetos, aqueles que já combinamos derrubar.

Projetos, neste momento, não dá para pinçar, até porque o Deputado Julio Cesar é testemunha de que já tratamos disso em uma reunião do Colégio de Líderes. Existe grande preocupação de que, de repente, vamos aprovar um monte de projetos de um Deputado, e outros Deputados não tenham projetos aprovados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu até entendo o posicionamento do nobre Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas o projeto já passou pelas comissões, já foi exaustivamente avaliado. Os Deputados puderam fazer ali as suas análises, pedir vista. Então, eu acho que isso seria desnecessário, até mesmo porque já combinamos que íamos votar e ele já está na pauta. Eu não vejo nenhum tipo de problema em votar.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Como eu fui inquirido, vou só apresentar um esclarecimento ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Primeiro ponto: esse projeto de lei não visa engessar a Administração Pública. Na realidade, ele só esclarece o que está estabelecido na Lei nº 8.666. Inclusive, ele foi exaustivamente debatido na Comissão de Constituição e Justiça, na qual foi aprovado por unanimidade, tanto na sua admissibilidade quanto ao seu mérito. A questão, Deputado Chico Vigilante, é que ele entrou na Ordem do Dia. Ele foi colocado na pauta. Então, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós estamos na votação desse projeto em primeiro turno. Eu acredito que ele não serve para amarrar o governo, ele só detalha o que está estabelecido na Lei nº 8.666. Vou usar as palavras do discurso que o próprio relator fez aqui ontem: na realidade ele serve, nada mais nada menos, para que a gente acabe com os jeitinhos brasileiros. E ainda mais por tratar da moralidade na Administração Pública, eu acredito que o papel desta Casa está nesse ponto.

Sobre a questão que o Deputado Chico Vigilante levantou, a Sra. Presidente perguntou se existiria acordo para a votação dos itens que estavam na pauta.

(Manifestação fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	20

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Eu acredito que, como houve esse encaminhamento, não existe aqui, Deputado Chico Vigilante... Eu me sinto, vamos dizer assim, em tese, prejudicado com o comentário, Deputado Chico Vigilante, porque anteriormente nós votamos projetos de outros Deputados e não foi colocado esse questionamento em três projetos anteriores que foram votados. Eu me sinto prejudicado em relação a esse comentário.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, isso foi discutido, e o bloco de V.Exa. tem um Parlamentar que, inclusive, preside a Comissão de Constituição e Justiça e incluiu o projeto na pauta de votação. Obviamente, foi aprovado lá no mérito e sua admissibilidade não foi questionada.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, dada a importância do tema – e eu acho que os Deputados têm que fazer projetos de lei relevantes –, eu gostaria da orientação clara e expressa do Líder do Governo sobre essa votação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa. V.Exa. é o relator do projeto. Esclareça aí qualquer dúvida.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Exatamente por isso eu quero falar, Sra. Presidente. Eu ainda ontem mencionei esse projeto no caminho da transparência que esta Casa toma, que é um caminho extremamente importante para o seu papel na sociedade, o seu papel de fiscalização, o seu papel de estímulo à República. Eu tenho dito que a República foi proclamada, mas nós precisamos realizá-la no dia a dia. Eu não tenho a menor dúvida.

Eu já adianto que a minha posição é favorável ao projeto, mas eu queria pedir a compreensão do Deputado Julio Cesar e do próprio Deputado Rodrigo Delmasso. O nosso Regimento não prevê o pedido de vista em plenário, só o prevê em comissões, o que, a meu ver, é um equívoco. Nós precisamos mudar o Regimento nesse particular.

Eu queria pedir a compreensão para que trabalhássemos com um determinado nível de temperança para proporcionarmos ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é um Deputado que tem lutado muito pela transparência na Casa, a possibilidade de ele fazer uma análise do projeto. Nós poderíamos passar adiante. Se o Deputado Rodrigo Delmasso aceitasse, conceder-se-ia uma vista combinada com o Deputado Rodrigo Delmasso, com o Líder Julio Cesar, com o Líder Chico Vigilante, com o Líder Prof. Israel e com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, de maneira que, se até o final da sessão, o Deputado Prof. Reginaldo Veras entendesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	21

que fosse possível, precisaríamos procurar um caminho de construção de consenso. Quando não é possível, tudo bem.

Conheço a atividade do Deputado Prof. Reginaldo Veras, uma atividade na linha da transparência e da fiscalização. De maneira que S.Exa. me parece, no mérito, concordante, mas apenas quer dar uma olhada. Não vejo nenhum problema, nós precisamos votar aqui, nós representamos.

Eu queria sugerir a V.Exa., ao Deputado Delmasso que déssemos esse tempo ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. Pode ser que seja só até o final da sessão, pode ser que seja até a próxima sessão apenas, mas que possibilitássemos isso ao colega. Como estou falando por S.Exa. agora, eu poderia falar por outro, pelo Deputado Joe Valle, pelo Deputado Wasny de Roure, pela Deputada Luzia de Paula, enfim, por todos que estão presentes.

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Joe Valle, antes eu gostaria de passar uma informação ao Deputado Prof. Reginaldo Veras: regimentalmente, V.Exa. pode pedir um adiamento da votação. O artigo 200 diz o seguinte: “antes de iniciar a votação de qualquer proposição, é lícito qualquer Deputado requerer o adiamento pelo prazo máximo de cinco dias”.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só queria dizer que, na realidade, temos todo o rito cumprido. Esse projeto está na Ordem do Dia, passou por todas as comissões. Ontem esse projeto foi lido e até elogiado por vários Deputados aqui porque concorre para uma transparência maior no governo.

Eu acho que tem que se fazer esse acordo aqui, mas vejo que, regimentalmente, há um processo, se após iniciada a votação, não votarmos, abre-se um precedente enorme. Está certo? Abre-se um precedente se V.Exa. adiar todos os projetos. Como o projeto está na Ordem do Dia, passou pelas comissões, há todo um trabalho a ser feito. Ontem o Relator fez elogios ao projeto e acredito que precisamos votá-lo. Esse foi o rito seguido na Casa. Se ele não tivesse passado em comissão, se não tivesse havido discussão, se fosse um projeto com problemas, eu concordaria plenamente em não apreciá-lo.

Meu companheiro de partido, Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. é uma pessoa que considero muito, mas realmente não vejo por que não votarmos esse projeto no momento, porque ele está completamente dentro do rito da Casa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	22

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vejamos que eu não fiz um pedido de adiamento. Eu fiz um pedido pessoal ao Deputado, mas estou pronto para votar o projeto. Acho que podemos prosseguir o encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador) – Não quero atrapalhar a votação do projeto, mas há treze Deputados em plenário?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O projeto está aprovado, em 1º Turno, com a presença de 13 Deputados.

O projeto segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. que preside esta Casa, neste momento, é jornalista e até onde eu sei é uma democrata e defensora da liberdade de imprensa.

Tenho em mãos o jornal *Brasília Capital*, editado, escrito pelo jornalista Orlando Pontes. Eu o conheço. Trata-se de um jornalista de trajetória brilhante nesta cidade. Ele foi jornalista da *TV Globo*, do *Correio Braziliense*, do *BSB Brasília*, um jornal importante. Na época, V.Exa. ainda era criança, mas esse jornal sustentou a legalidade da candidatura do PT, porque queriam barrá-la à época, e do governador Joaquim Roriz. Isso na primeira eleição do Distrito Federal. Foi o *BSB* editado pelo Orlando Pontes que segurou esse debate e fez com que tanto o PT quanto o governador Joaquim Roriz pudessem disputar as eleições em 1990.

Pois bem, o Orlando está distribuindo esse jornal aqui na Casa, e ele está com uma manchete censurada. Por que ele está com uma manchete censurada? A informação é que é um jornal distribuído gratuitamente, como centenas, o Metro e outros que são distribuídos por aí, inclusive nos palácios. E o palácio não é uma propriedade do governo, o palácio é uma propriedade pública, é do conjunto da sociedade. Ele chegou lá para distribuir o jornal, para deixar na portaria para quem quisesse pegar e foi proibido, Sra. Presidente, pela Casa Militar.

O sargento que passou a informação a ele de que o jornal estava proibido disse que a determinação que ele tem é que, se algum jornal chegar lá falando mal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	23

do Governador ou falando coisas de que eles não gostam, deverá ser recolhido imediatamente e jogado no lixo.

Eu quero fazer um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg, porque essa pratica não pode existir. Nós não estamos sob o regime do DOI-CODI, muito menos do Ato Institucional nº 5, o famoso AI 5.

Portanto, é importante que o Governador dê uma determinação, porque, se alguém falou alguma coisa com que o Governador não está de acordo, que entre na justiça. A democracia é isso. Não se pode censurar um jornal em hipótese nenhuma.

Faço um apelo a V. Exa. para que chegue ao Palácio do Buriti o nosso protesto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu fico até feliz que V.Exa. esteja à frente dessa Mesa nesse momento, porque V.Exa. vem desse segmento da comunicação.

O Deputado Chico Vigilante já antecipou, mas expressou a opinião de todos nós nesse momento.

Eu acho que é um retrocesso. Eu prefiro entender muito mais como um lamentável equívoco, um descontrole emocional. Qualquer um está submetido a perder o controle. Mas nós não podemos perder aqueles que fazem críticas a nós.

Nós podemos ter sensibilidade, mas a crítica é fundamental no processo democrático. Ela, inclusive, é que fortalece à nossa maneira de caminhar, o nosso compromisso com a população e o interesse público.

O jornalista Orlando é uma pessoa extremamente respeitada. As pessoas que o conhecem sabem que ele é uma pessoa bastante ponderada. Ele é uma pessoa cuidadosa.

Eu estava aqui lendo algumas matérias dele. Inclusive eu também já fui vítima de críticas. É natural, é do processo, até porque nós também erramos. Então, eu acho que é legítimo, e nós precisamos entender. É um jornal que é apoiado pelos órgãos públicos e deve continuar. Inclusive, esta Casa apoiou e deve continuar apoiando.

Deputada Liliane Roriz – V.Exa. que hoje está na Mesa –, se eu pudesse indicar esse jornal para receber apoio publicitário da Câmara Legislativa, eu indicaria, porque considero importante o jornal *Brasília Capital*, porque é um jornal que, além de ter qualidade profissional, de fato, é imprimido no número que ele diz. Então, acima de tudo, além da qualidade profissional, é um jornal de qualidade e honesto diante daquilo que é dito sobre o número de unidades impressas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	24

Portanto, a minha solidariedade à linha editorial do jornal. Que continue fazendo o jornalismo como deve ser feito.

Muito obrigado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu também quero me solidarizar com o jornal *Brasília Capital* e lamentar esse episódio de censura à imprensa do Distrito Federal. Eu não poderia deixar também de falar sobre esse episódio lamentável.

Eu também quero falar sobre a censura que está sofrendo o Balaio Café, um bar da quadra 201 muito frequentado por jovens. A proprietária é uma pessoa que debate muito a política no Distrito Federal. Espero que não tenha sido por isso. O Iphan acabou fechando o bar porque, segundo os fiscais que estiveram lá, ele estava com o som acima do permitido. Parece que, pela Lei do Silêncio, o limite é de 55 decibéis e, segundo o pessoal que autuou lá, o som estava com 61,8 decibéis.

O problema é que essas autuações acabam fechando bares e demitindo pessoas. São quarenta trabalhadores que estão desempregados, são pais de famílias, são garçons, são pessoas que trabalham na noite, são músicos que tocam ali e ficam desempregados.

A informação que os proprietários passaram para nós é que já há mais de cem bares fechados por conta da Lei do Silêncio. É uma lei muito radical e precisa ser revista. É evidente que temos de respeitar o direito do outro, mas não podemos sair fechando todas as casas, os restaurantes, os bares da cidade, gerando desemprego e diminuindo o turismo na cidade, por conta de uma lei que, na minha avaliação, é completamente equivocada e precisa ser revista.

Eu quero dizer que a censura que esses bares estão sofrendo por parte dos órgãos do governo, eu vou me colocar contra, vou trabalhar. Peço aos Deputados que ajudem, senão, daqui a pouco, o Distrito Federal não vai ter mais opção para lazer, não vai ter opção para nos confraternizarmos e, o que é pior, aumentará o desemprego na cidade ao não se permitir que esse pessoal, principalmente o que trabalha na noite, possa exercer suas funções.

Então, lamento profundamente essa ação que fechou o Balaio Café. Lamento mais ainda e sou solidário com essas famílias, com esses trabalhadores que estão desempregados por conta de uma ação, na minha forma de ver, equivocada dos órgãos do governo. Era isso.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	25

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputada Liliane Roriz.

Quero me somar aos colegas na solidariedade ao nobre jornalista, mas, como não temos mais *quorum*, eu quero pedir permissão para me retirar. Antes da votação, eu recebi um telefonema. Acabo de perder mais um grande amigo. Eu disse ao nosso Líder de Governo que eu estaria aqui para a votação, mas quero pedir permissão para me retirar.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com relação ao jornal *Brasília Capital*, eu conheço bem o Orlando. A meu ver, é um jornal sério, que é impresso na sua própria gráfica. Tive a oportunidade, outro dia, de conhecer as suas instalações. Eu diria que ele faz milagre com o pouco que tem. Sra. Presidente, era só para registrar a minha solidariedade ao jornal e à pessoa do Orlando. Eu espero que isso não se repita mais em nenhum outro órgão do DF.

Com relação ao Balaio Café, a exemplo dele, há outros estabelecimentos que estão na mesma situação, sendo fechados por conta da Lei do Silêncio. Também sou a favor que se faça a revisão dessa lei o quanto antes. Obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de, seguindo aqui o Deputado Ricardo Vale, manifestar a minha solidariedade à imprensa séria, correta.

No meu entendimento, já que é um sentimento da grande maioria da Casa, devemos fazer uma audiência pública sobre a Lei do Silêncio para buscarmos fazer uma revisão dessa lei, já que o radicalismo dos fiscais tem prejudicado o setor produtivo na área cultural, principalmente.

Para que a gente possa ter justiça nesse processo, é importante que não se invada espaço alheio, mas é preciso que haja equilíbrio nesse processo. Eu sou frequentador do Balaio, que considero um espaço importante para esta cidade. A continuar como estamos, realmente deixaremos de ser um celeiro de artistas para ser um espaço onde não há nenhum tipo de vida noturna, já que não existe espaço para as pessoas fazerem com que a cultura se desenvolva.

Então, que haja um trabalho, especialmente do Governo, para que a gente tenha espaços de fomento à música e à cultura, aqui na Capital.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu quero me somar a essa indignação de todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	26

O Orlando Pontes está aqui na Casa. Ele faz o seu jornal com muita determinação e sei que não é fácil hoje ter um jornal. Nunca, na história de Brasília, isso aconteceu. Eu lamento, Orlando, como jornalista, que isso tenha acontecido.

Estou indignada, como todos os colegas, e espero que o Governo reveja esse posicionamento com relação ao seu jornal, que é mais uma opção para nós, de Brasília, um jornal independente.

Também quero falar sobre essa questão do fechamento do Balaio. Acho que tem de ser aberta uma discussão aqui e que chamemos também as pessoas que moram ao lado do Balaio. Acho que é importante que todos participem desse imbróglio em que está a lei do silêncio.

Eu acredito que você, Deputado Rodrigo Delmasso, se estivesse morando ali perto, com uma criança recém-nascida chorando... É complicado analisarmos isso.

Então, acho que essa discussão é importante, para atendermos a todas as pessoas envolvidas nesse assunto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero falar sobre dois pontos.

Primeiro, quero me solidarizar com o jornalista Orlando Pontes, por essa catástrofe que aconteceu, de ser censurado. Precisamos entender os critérios que são adotados, porque o recurso é público. Então, os critérios precisam ser colocados.

Em relação à Lei do Silêncio, Deputada Liliane Roriz, não só os bares e os restaurantes são prejudicados, mas também alguns templos religiosos, algumas ações religiosas, principalmente pelo que está estabelecido no Estatuto das Cidades. E aqui eu falo como Presidente da Frente Parlamentar da Diversidade Religiosa. Creio que, nesta audiência pública, precisam ser colocados os dois lados, o dos empresários e também o do morador, que não pode ter a sua casa, a paz do seu lar invadida por alguma outra situação.

Para esclarecimento, Sra. Presidente, parece que existiam dúvidas se o Projeto nº 325 havia sido votado ou não. Salvo engano, esse projeto foi votado em primeiro turno, com a aprovação de 13 parlamentares.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, no dia em que o Bar Balaio Café foi fechado, a gente fez um pronunciamento aqui na Casa e eu até o poste nas redes sociais. Ali, naturalmente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 05 2015	16h05min.	38ª SESSÃO ORDINÁRIA.	27

já começou o debate. As associações comunitárias da região se posicionaram contrariamente, os artistas se posicionaram favoravelmente e o debate começou. Tanto, que o meu gabinete já recebeu ligações tanto de artistas, querendo marcar audiência para discutir o assunto, quanto das associações comunitárias. Ou seja, o espaço está aberto nesta Casa, para a gente fazer uma audiência pública ampla e sair com ideias de revisão da Lei do Silêncio.

A Deputada Liliane Roriz abordou o exemplo dos moradores com crianças, mas temos áreas de uso misto na casa. Eu moro numa região de Taguatinga que é cercada por escola, igreja e bares. Ou seja, o trânsito é uma loucura! Mas, quando eu me mudei para lá, já tinha conhecimento disso. O problema é que Brasília tomou uma dimensão “x”, as pessoas compram imóveis em determinados lugares e querem que a cidade se adapte a elas, não o contrário.

Então, é um debate rico. Acho mesmo que o correto é a gente realizar essa audiência pública e tentar fazer, a partir daí, uma revisão da Lei do Silêncio, buscando um ponto de equilíbrio. Este é o grande barato: achar o ponto de equilíbrio para que um ceda de um lado, o outro ceda de outro e a gente possa fazer a sociedade fluir.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo *quorum* para deliberação, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h36min.)